



Teto constitucional para saúde exigirá ajuste no Orçamento

Relator-geral, Eduardo Braga, vai ter que adequar a proposta orçamentária para complementar as emendas direcionadas para ações do setor

Encerrado o prazo, os congressistas apresentaram 7.834 emendas ao projeto de Lei do Orçamento da União de 2017, num total de R\$ 96,6 bilhões. Elas serão agora analisadas pelas relatorias setoriais que auxiliam o

senador Eduardo Braga, relator-geral.

Os recursos para a saúde, orçados em R\$ 105,5 bilhões pelo governo, não cumpriram o que determina a chamada PEC dos gastos públicos. São necessários mais R\$ 8,2 bilhões, supridos em parte, com R\$ 6,3

bilhões das emendas impositivas. Portanto, ainda falta R\$ 1,9 bilhão para atender a regra constitucional. Conforme a Comissão de Orçamento, foram 7.201 emendas individuais e 633 coletivas. A novidade é que duas das emendas de bancada serão impositivas. **3**

Senado pode votar MP da Força Nacional de Segurança

Está na pauta de amanhã do Plenário a medida provisória que permite a policial militar e bombeiro inativos integrar a Força Nacional de Segurança Pública. A MP 737/2016 está trancando a pauta.

Os senadores podem votar ainda indicações do Executivo para embaixadas do Brasil na

Tunísia e no Irã e do próprio Senado para duas vagas de advogado no Conselho Nacional de Justiça.

Embora também conste da pauta, proposta de emenda à Constituição que trata de temas da reforma política deve ser votada em novembro, conforme acordo de líderes. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado - 19/10/2016

Renan Calheiros (3º à dir.) disse ser a favor da reforma política. Líderes decidiram votar a proposta só no início de novembro

Para entidades, lei esportiva deveria tirar foco do futebol

Em audiência na comissão de juristas incumbida pelo Senado de propor um anteprojeto de Lei Geral do Desporto, entidades esportivas reclamaram que a

atual norma que rege a área esportiva, a Lei Pelé, é muito focada no futebol e não considera as especificidades dos esportes olímpicos e das modalidades criadas re-

centemente, como o MMA. O anteprojeto, segundo as entidades, deverá levar isso em consideração, de modo a estimular o esporte como um todo no país. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Rafael Favetti, diretor da Comissão Atlética Brasileira de MMA, fala na comissão ao lado dos juristas Wladimir Vinycius Camargos e Marcos Santos Parente Filho

Advogados vão acompanhar investigação

O presidente Renan Calheiros disse que o Senado vai colaborar com as investigações sobre o uso de aparelho antigrafo pela polícia legislativa. Advogados da Casa vão acompanhar o trabalho da Polícia Federal. **3**

Responsável por deficiente deverá ter jornada menor

O projeto que garante ao servidor federal que tenha dependente com deficiência o direito a jornada de trabalho reduzida, sem a necessidade de compensação, foi aprovado no Senado e na Câmara e vai a sanção. **2**

Para Caiado, PT pretende constrangê-lo

Em nota à imprensa, divulgada na sexta-feira, o senador Ronaldo Caiado classificou como "estratégia para constrangê-lo" a petição apresentada pelo PT ao Conselho de Ética contra ele. **3**



Perfil alcança 2 milhões de seguidores

Em outubro, a página do Senado no Facebook alcançou 2 milhões de seguidores. Entre os perfis de governo do mundo, o do Senado tem o segundo maior envolvimento das pessoas com postagens. **2**



Pedro Franço/Agência Senado

Senado tem a 5ª página de governo mais seguida do país no Facebook e teve aumento de 122% nos seguidores este ano

Perfil tem o segundo maior engajamento (interação por meio de comentários e curtidas) das páginas de governo de todo o mundo e teve aumento de 122% no número de seguidores desde janeiro

Senado alcança 2 milhões de seguidores no Facebook



A PÁGINA DO Senado no Facebook alcançou em outubro 2 milhões de seguidores, um aumento de 122% desde janeiro deste ano. O número tem superado as expectativas do Núcleo de Mídias Sociais da Secretaria de Comunicação Social (Secom), responsável pelo gerenciamento da página. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015, a página já havia registrado crescimento de 214,8%, saltando de 277 mil

para 872 mil seguidores.

— Tínhamos previsto a meta de 2 milhões para o fim do ano. Tivemos meses muito bons no primeiro semestre, principalmente em janeiro, o que acabou impulsionando o crescimento em 2016 além do previsto — explica Silvia Gomide, gestora do núcleo.

A equipe tem a missão de adaptar o conteúdo produzido, em sua maioria, pelos veículos de comunicação do Senado à linguagem das redes sociais. Silvia ressalta que as expectativas do núcleo são otimistas.

— A meta agora é chegar aos 3 milhões de seguidores e alcançar o primeiro lugar em número de seguidores no Brasil entre as páginas de governo, lugar hoje ocupado pelo Exército, com cerca 3,2 milhões de seguidores. Atualmente estamos em quinto lugar.

O perfil no Facebook, que fornece informações sobre projetos, debates, votações e atividades institucionais do Senado, também tem chegado a um número alto de pessoas: de 1º a 30 de setembro deste ano, as publicações alcançaram 87,2 milhões de internautas. No mesmo período, 2,8 milhões de usuários foram alcançados diariamente.

Engajamento

Outro dado importante, segundo Silvia, é o nível de engajamento, que é o envolvimento das pessoas com as postagens. De acordo com o site de análise de mídias sociais Quintly (www.quintly.com), o perfil do Senado no Facebook tem sido o segundo de maior engajamento entre as páginas de governo de todo o mundo, atrás apenas do perfil do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

— Apesar de o engajamento ter diminuído de maio para cá [outubro], ainda estamos em primeiro lugar em engajamento entre as páginas de governo

no Brasil — destacou.

Para medir o engajamento, é preciso considerar todas as formas de interação em uma determinada postagem.

O ranking do Quintly considera o total de seguidores do perfil no Facebook e o número de pessoas interagindo com os posts, o que é mensurado pelos compartilhamentos, curtidas e comentários. A posição no ranking muda constantemente, pois depende da movimentação diária nas páginas.

Entre as postagens que mais atraem a atenção dos seguidores, estão as que têm algum impacto na vida das pessoas, como questões de cidadania e direitos em geral. Uma delas, publicada em 12 de setembro, alcançou 10,7 milhões de pessoas. A postagem, que trazia informações sobre as mudanças na pensão alimentícia, teve 200,3 mil curtidas, 32,9 mil comentários e 88,7 mil compartilhamentos.

Outra publicação que teve um alcance expressivo foi a do abandono afetivo de filhos, de 7 de setembro deste ano. A mensagem teve 59,8 mil compartilhamentos, que receberam 20,8 mil comentários.

Twitter

O Núcleo de Mídias Sociais também administra as contas do Senado no Twitter e Instagram. De acordo com Silvia, a participação dos internautas no Twitter da Casa tem crescido de maneira considerável. Até a última terça-feira, a página contava com 418 mil seguidores.

— A cobertura do processo de impeachment impulsionou bastante o crescimento do perfil no Twitter, que passou de 10º para 9º lugar entre os maiores perfis de governo no Brasil — avalia a gestora.

[facebook.com/SenadoFederal](https://www.facebook.com/SenadoFederal)
twitter.com/SenadoFederal
[senadofederal.tumblr.com](https://www.senadofederal.tumblr.com)

Vai a sanção jornada menor para servidor com filho deficiente

Servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência poderá ter garantido em lei o direito a jornada de trabalho reduzida. Projeto que inclui esse direito no Regime Jurídico Único dos Servidores da União (Lei 8.112/1990) foi aprovado quarta-feira na Câmara dos Deputados e, como já passou pelo Senado, segue para sanção do presidente.

A legislação hoje assegura o horário especial, sem a necessidade de compensação, ao servidor portador de deficiência. O projeto aprovado (PLS 68/2015) estende o benefício ao servidor responsável pela pessoa com deficiência.

O senador Romário (PSB-RJ), autor do projeto, destacou que a permissão de horário especial depende de comprovação da necessidade de acompanhamento do

dependente, o que deve ser feito por uma junta médica.

A mudança na lei permitirá ao servidor ter um horário especial, em função das demandas da pessoa com deficiência sob sua responsabilidade, sem a necessidade de compensação. Para o presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta, pai de uma criança autista, a possibilidade de redução de jornada é “um oásis no deserto”. A lei hoje já flexibiliza o horário para servidor público com filho deficiente.

— Mas, para acompanhar um filho deficiente em uma terapia pela manhã, por exemplo, o servidor precisa compensar o horário de noite ou no fim de semana, tempo que deixa de estar com o filho. Isso vai mudar se a lei for sancionada — explicou.

Redes sociais

FACEBOOK

Crescimento de seguidores ao ano
+1.095.491
 (+125,5%)

64.623
 novos seguidores no fim de setembro

Alcance mensal
87.299.343
 pessoas

Alcance diário
2,8 mi
 pessoas

TWITTER

409.968
 seguidores até 30 de setembro

19.891
 novos seguidores até o fim de setembro

6,1 mi
 visualizações no mês

TUMBLR

18.610
 visualizações

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

SEGUNDA

DESPORTO Transmissão e contratos
 9h A comissão responsável pelo anteprojeto de Lei Geral do Desporto faz audiência interativa sobre direitos de transmissão dos eventos. Às 14h, audiência pública interativa sobre contratos de trabalho.

PLENÁRIO TV da UnB
 11h Sessão especial destinada a celebrar os 30 anos do Centro de Produção Cultural e Educativa e os 10 anos da UnBTV.

PLENÁRIO Pronunciamentos
 14h05 Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa Diretora.

PRESIDÊNCIA Vaqueiros
 17h Renan Calheiros recebe representantes dos vaqueiros.

TERÇA

DESPORTO Três audiências
 9h A comissão faz audiência sobre a Justiça Desportiva. Às 14h, debate com torcedores. Logo depois, discute direito desportivo.

CAS Cirurgia de câncer de mama
 9h30 A comissão pode votar o PLC 5/2016, que obriga cirurgia plástica nas duas mamas em caso de câncer, e mais 9 itens.

MP 746/2016 Reforma do ensino médio
 10h A comissão mista da MP que reforma o ensino médio analisa o plano de trabalho.

CAE PEC do Teto de Gastos
 10h A comissão faz audiência interativa sobre a progressividade tributária como alternativa à PEC que limita gastos públicos.

CE Aumento da frequência escolar
 11h45 A comissão pode votar o PLS 293/2014, que aumenta frequência mínima exigida para aprovação na educação básica, e mais 23 itens.

CMO Recursos para a Rio 2016
 14h30 A comissão aprecia o PDC 538/2016, que regula efeitos da MP 722/2016, sobre recursos para as Olimpíadas 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211

Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Relator do Orçamento ajustará verbas para saúde

Encerrado prazo, congressistas apresentaram 7.834 emendas, mas faltou cumprir limite para o setor

O BALANÇO DAS emendas apresentadas pelos congressistas ao Orçamento da União de 2017 revelou que o relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), poderá ter que complementar recursos para a saúde. Ao todo, foram 7.834 emendas ao projeto do Executivo, encaminhadas até quinta-feira à Comissão Mista de Orçamento (CMO), num total de R\$ 96,6 bilhões, que serão agora analisadas pelos 16 relatores setoriais que auxiliam Braga.

Os recursos para as ações de saúde foram orçados em R\$ 105,5 bilhões pelo governo, de acordo com a proposta enviada ao Congresso em agosto. Mas para cumprir o que determina a PEC 241/2016, que institui teto para os gastos públicos, são necessários mais R\$ 8,2 bilhões para a área. As emendas parlamentares impositivas para Saúde somaram R\$ 6,3 bilhões. Portanto, ainda falta R\$ 1,9 bilhão para cumprir a regra constitucional. Essa diferença poderá ser complementada pelas emendas que não são de execução obrigatória. Mas, se mesmo assim forem insuficientes, Braga terá que identificar recursos para cumprir o limite constitucional para a saúde.

Finalizado o prazo de apresentação de emendas, a CMO pôde divulgar o balanço dessa

AUTOR	EMENDAS	VALOR (em R\$)
Deputados	6.310	7,9 bilhões
Senadores	891	1,2 bilhões
Bancadas	448	44,7 bilhões
Comissões da Câmara	108	23,1 bilhões
Comissões do Senado	60	17,3 bilhões
Comissões mistas	17	2,3 bilhões
TOTAL	7.834	96,6 bilhões

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

etapa de tramitação do projeto de lei do Orçamento. Foram 7.201 emendas individuais, de execução obrigatória, das quais 891 pelos senadores, no valor de R\$ 1,2 bilhão, e 6.310 emendas pelos deputados, no total de R\$ 7,9 bilhões.

O limite para cada congressista é de 25 emendas, no total de R\$ 15,3 milhões, valor semelhante ao que vigorou para o Orçamento de 2016. Essas emendas atendem demandas das bases eleitorais dos parlamentares e de pleitos de grupos organizados.

Execução obrigatória

Além dos 594 congressistas (513 deputados e 81 senadores), as comissões permanentes da Câmara, do Senado e do Congresso, como a própria CMO, e as 27 bancadas estaduais também propuseram emendas. Foram 448 propostas das bancadas estaduais, no total de R\$ 44,7 bilhões.

A novidade é que para o Orçamento de 2017 duas delas serão de execução obrigatória, somando no máximo R\$ 224,6 milhões. Diferentemente das individuais, as de bancada priorizam obras e serviços de interesse dos estados. São discutidas dentro de cada bancada e geralmente têm aval dos governadores.

As outras emendas coletivas são as de comissões das duas Casas. Ao todo, foram 168 emendas, no total de R\$ 40,4 bilhões, direcionadas para políticas públicas federais. Por fim, as comissões mistas do Congresso apresentaram 17 emendas (R\$ 2,3 bilhões).

A saúde foi a área que recebeu o maior valor de emendas (R\$ 18,3 bilhões), seguida de educação e cultura (R\$ 12,1 bilhões) e transporte (R\$ 11,6 bilhões). No ano passado, o valor de emendas para a saúde foi de R\$ 11,8 bilhões.

(Com Agência Câmara)

Senado colabora em investigação da Polícia Federal sobre grampos

O Senado designou advogados para acompanhar os procedimentos da Polícia Federal até a conclusão das investigações sobre o uso de um aparelho de detecção de grampos eletrônicos (escutas) por policiais legislativos em imóveis dos senadores Fernando Collor (PTC-AL), Edison Lobão (PMDB-MA) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) e do ex-senador e ex-presidente da República José Sarney.

A informação foi divulgada em nota pública pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele também afirmou que as atividades de varredura de escutas realizadas pela Polícia Legislativa se restringem a grampos ilegais, sendo impossível diagnosticar outros tipos de monitoramento.

Na sexta-feira, a Operação

Métis, da Polícia Federal, prendeu preventivamente quatro policiais legislativos do Senado sob o argumento de que o grupo criava embaraços a investigações. Também em nota, Collor negou ter-se beneficiado de qualquer ação da Polícia Legislativa estranha às funções institucionais.

Gleisi afirmou que o pedido de varredura em seus imóveis foi feito formalmente, por ofício, e o processo foi documentado. Segundo ela, a averiguação foi motivada pelo fato de uma operação de busca e apreensão ter sido realizada em junho, em seu apartamento em Curitiba, sem o acompanhamento de ninguém de sua família.

Lobão informou que iria se pronunciar posteriormente por meio de advogados.

Nota pública da Presidência do Senado

A direção do Senado Federal tomou conhecimento na manhã desta sexta-feira (21) das diligências no âmbito da Polícia Legislativa. O Senado designou advogados do próprio órgão para acompanhar todos os procedimentos até a conclusão das investigações.

Convém reiterar que Polícia Legislativa exerce suas atividades dentro do que preceitua a Constituição, as normas legais e o regulamento administrativo do Senado Federal.

Atividades como varredura de escutas ambientais restringem-se a detecção de grampos ilegais (Regulamento administrativo do Senado Federal Parte II Parágrafo 3, inciso IV), sendo impossível, por falta de previsão legal e impossibilidades

técnicas, diagnosticar quaisquer outros tipos de monitoramentos que, como se sabe, são feitos nas operadoras telefônicas.

Como de hábito, o Senado Federal manterá postura colaborativa e aguardará as investigações para quaisquer providências futuras.

As instituições, assim como o Senado Federal, devem guardar os limites de suas atribuições legais. Valores absolutos e sagrados do estado democrático de direito, como a independência dos poderes, as garantias individuais e coletivas, liberdade de expressão e a presunção da inocência precisam ser reiterados.

Renan Calheiros
Presidente do Senado

MP da Força Nacional de Segurança tranca a pauta do Plenário

O Senado pode votar amanhã a medida provisória que permite a policial militar e bombeiro inativos integrar a Força Nacional de Segurança Pública. A MP 737/2016 está trancando a pauta e será o primeiro item a ser votado.

Para integrar a Força Nacional, em caráter excepcional e voluntário, policiais e bombeiros precisam ter passado para a inatividade há cinco anos, no máximo.

Quando no desempenho da atividade, o militar terá direito a recebimento de diária. Se for vitimado em serviço, ficando incapacitado para o trabalho, receberá indenização de R\$ 100 mil. Os dependentes terão direito ao mesmo valor em caso de morte do militar.

Também consta na pauta do Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que trata de temas relacionados à reforma política.

A proposta tramita em conjunto com a PEC 113-A/2016 e está pronta para ser votada em primeiro turno. Porém, os líderes decidiram, na última reunião, que a PEC será votada em segundo turno até o dia 23 de novembro. O primeiro turno será no dia 9 de novembro.

De iniciativa dos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC reforça, entre



Agentes da Força Nacional de Segurança trabalharam nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em agosto

outras medidas, a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer uma cláusula de barreira na atuação parlamentar dos partidos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vem defendendo uma reforma política profunda no país. Ele disse que depois dessa PEC, buscará um acordo sobre outras medidas a serem votadas.

Indicações

O Plenário deve votar ainda indicações do Executivo para embaixadas e escritórios brasileiros no exterior.

Márcia Maro da Silva e Rodrigo de Azeredo Santos assumirão as embaixadas na Tunísia e no Irã, respectivamente. Maria Nazareth Azevêdo assumirá o cargo de delegada permanente do Brasil em Genebra, na Suíça, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) e alguns de seus órgãos têm sede. Todos as indicações foram aprovadas de forma unânime pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Também estão prontas para serem votadas as indicações dos advogados Henrique Ávila e Octavio Orzari para as vagas reservadas ao Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Caiado diz que PT tenta constrangê-lo por ação no impeachment

Ronaldo Caiado (DEM-GO) emitiu nota à imprensa na sexta-feira em que classifica como “estratégia para constrangê-lo” a petição apresentada pelo PT ao Conselho de Ética contra o senador representante de Goiás.

O líder do DEM no Senado minimizou a ação do PT. Para ele, “isso não passa de uma estratégia para tentar constrangê-lo por ter atuado a favor do impeachment da presidente cassada Dilma Rousseff e por sempre denunciar e combater a corrupção dos governos do PT, desde a era Lula”.

O senador disse estar tranquilo e afirmou que o seu comportamento foi proporcional às provocações de alguns petistas.

— Essa ação do PT não está cheirando bem. Não foi praticada qualquer conduta incompatível com o decoro parlamentar. Foi um debate duro, que se limitou a reagir de forma imediata, proporcional, num ambiente politicamente conflagrado a várias provocações perpetradas por Lindbergh e seus aliados — comentou Caiado.

Lei é muito focada no futebol, dizem federações

Representantes de outras modalidades esportivas disseram que anteprojeto da Lei Geral do Desporto, em elaboração no Senado, deverá ser mais abrangente que lei atual

ENTIDADES ESPORTIVAS RECLAMARAM à comissão de juristas encarregada pelo Senado de elaborar o anteprojeto da Lei Geral do Desporto que as leis atuais referentes aos esportes estão muito focadas no futebol e não consideram as peculiaridades das demais modalidades.

O presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN), Stefano Arnhold, citou a importância das modalidades olímpicas para o país como um todo:

— Em Londres, depois das Olimpíadas de 2012, o aumento da prática esportiva por jovens acima de 16 anos foi superior a 10%. Cerca de 1,6 milhão de jovens passaram a fazer esporte, indo de 14 milhões para 15,6 milhões, basicamente pela realização dos Jogos Olímpicos e pelo investimento no alto rendimento.

Arnhold citou o exemplo da Alemanha, que integrou o esporte de alto rendimento com as iniciativas escolares, por meio de um livro contendo todas as modalidades olímpicas e paralímpicas com os nomes dos treinadores, os telefones e os endereços para as crianças que querem se iniciar nas práticas desportivas.

MMA

Em relação ao financiamento público, o presidente da CBDN afirmou que é uma falácia acreditar que no Brasil existe dinheiro suficiente para o esporte e que ele é apenas mal distribuído. Segundo Arnhold, o Brasil aplica de 30% a 50% do valor que outros países aplicam no setor.

— Quando disputamos uma medalha em qualquer modalidade esportiva olímpica ou paralímpica, nós estamos disputando com eles, que têm um nível de

organização e investimento muito grande.

De acordo com o CEO da Comissão Atlética Brasileira de MMA, Rafael Favetti, a modalidade e outros esportes mais recentes não se enquadram na Lei Pelé (Lei 9.615/1998) — a atual lei geral do esporte —, que parece estar voltada apenas para o futebol e para questões trabalhistas. Ele explicou que o MMA não busca formar seleções ou campeonatos e se organiza de modo diferente da maioria dos esportes.

— As competições de MMA, as classificações de tabelas e o ranking são feitos por empresas privadas. Cada empresa tem o seu campeonato. E o espectador escolhe o que ele quer seguir. O mais famoso do mundo, chamado UFC [Ultimate Fighting Championship], nós regulamos no Brasil.

Golfe

Favetti sugeriu à comissão que o MMA, o *crossfit* e outras modalidades novas ganhem liberdade de organização e tenham uma regulação para exigir componentes essenciais, como o cuidado com a saúde do atleta e a questão do antidoping.

Segundo o superintendente da Liga Nacional de Basquete, Sérgio Domenici, um dos problemas está no registro dos contratos de trabalho, que, segundo a Lei Pelé, é facultativo para os jogadores de outros esportes sem ser o futebol. Ao mesmo tempo, a lei exige que os jogadores que participam de competições tenham contrato de trabalho.

De acordo com José Kobori, da Confederação Brasileira de Golfe, o esporte é erradamente considerado de elite no Brasil, devido à falta de investimento. Como não há campos de golfe públicos, devido à baixa procura pelo esporte, e os equi-



Luciano Hostins, representante do judô, fala ao lado dos integrantes da comissão Wladimir Camargos (C) e Roberto Roma

pamentos são importados e sofrem a cobrança de tributos, a prática do esporte fica cara.

— O Estado brasileiro, além de tributar e impedir que esses equipamentos cheguem mais baratos aqui no Brasil, sob o pretexto de proteger uma indústria nacional. Mas não existe indústria nacional de equipamento de golfe.

Segundo Kobori, existem apenas 300 profissionais de golfe no Brasil, que sobrevivem dando aulas nos clubes.

O representante da Confederação Brasileira de Judô, Luciano Hostins, citou uma peculiaridade da modalidade: a organização em ligas, que são diferentes das ligas previstas na lei, porque não congregam clubes. Ele citou um caso no Rio de Janeiro em que uma liga queria ser reconhecida como entidade oficial dentro dos requisitos da lei e o juiz, que não tinha conhecimento adequado, concedeu.

— Outra sugestão é que a regulação da liga parece simples e clara, mas talvez tenha que ficar um pouco mais clara, para que, quando enfrentada a matéria por um leigo, e falo até de um magistrado que hoje pouco entenda de direito desportivo, que fique o mais claro possível.

Para aumentar apostas, colegiado estuda elevar prêmio de loterias

A comissão de juristas que elabora o anteprojeto da Lei Geral do Desporto também fez na sexta-feira uma audiência pública sobre a destinação de uma parte maior da arrecadação com loterias esportivas para os prêmios.

O superintendente nacional de Loterias da Caixa, Gilson Cesar Pereira, explicou que os jogos existem para fazer uma redistribuição de renda, em que os apostadores pagam uma espécie de “imposto voluntário”. O dinheiro que não vai para os prêmios é aplicado em projetos sociais.

Para ele, destinando ao prêmio uma parte maior desse total, seria possível aumentar o número de apostas e isso geraria mais arrecadação e mais repasse para as entidades do esporte. Como exemplo, citou a Mega-Sena, que, todo final do ano, tem as apostas multiplicadas por oferecer um prêmio maior — a Mega da Virada.

— Hoje o prêmio é muito baixo e isso prende a arrecadação porque o apostador joga pensando no prêmio e naquilo que ele pode ganhar.

O representante da Caixa também defendeu uma simplificação nas leis que tratam das loterias. Para ele, são muitas leis que remetem a outras e dificultam a transparência. Pereira disse considerar que a elaboração do anteprojeto é a oportunidade de fazer uma lei mais direta e simples sobre o tema.

Inadimplência

Quanto à simplificação do regime tributário para os clubes, com a adoção do Simples, a opinião da Receita Federal é que provavelmente não mudará a inadimplência dos clubes, que acumulam dívidas. O subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal, Carlos Ro-

berto Occaso, disse acreditar que não é a questão tributária que onera os clubes.

— Não nos parece que haja um peso tributário. Não é a questão tributária que traz um peso e evita que os clubes possam crescer.

Ele lembrou que os clubes se organizam como associações sem fins lucrativos e já pagam menos impostos que outros setores. A maior parte das dívidas, destacou, tem relação com o Imposto de Renda retido dos salários dos empregados e com a Previdência.

Empresas

Integrante da comissão, o professor Pedro Trengrouse, da Fundação Getúlio Vargas, defendeu a criação de um formato que permita a estruturação dos clubes como empresas, mas mantenha os benefícios tributários. No modelo atual, os clubes não se organizam como empresas porque pagariam mais impostos.

— Talvez fosse uma saída inteligente para promover essa migração de um regime de organização que já é obsoleto, antiquado. É preciso pensar num modelo de governança adequado para esse grande negócio em que se transformou o esporte no mundo.

Para ele, a organização como associação faz com que seja praticamente impossível punir dirigentes por má gestão. Além de oferecer maior transparência e melhor qualidade na gestão, a organização como empresa permitiria, por exemplo, a emissão de títulos de crédito.

A comissão de juristas foi instalada em outubro de 2015 para sistematizar a legislação em vigor e regulamentar relações jurídicas da prática esportiva. A conclusão dos trabalhos deve ocorrer em 16 de dezembro.

Comissão debate transmissão e contrato de jogadores

A Comissão da Lei do Desporto fará duas audiências públicas interativas hoje. Às 9h, o debate será sobre os direitos de transmissão dos eventos esportivos, com a participação de representantes de emissoras de TV.

Modelos de negócios, tendências de mercado, competição entre os veículos de comunicação, desenvolvimento de novas mídias e o surgimento de novos modos de transmissão dos eventos estão entre os temas a serem analisados.

Para a reunião, foram convidados Fernando Tranjan, da Rede Globo, Raphael Cres-

cente, da Fox Sports, e Marcos Borges, do Esporte Interativo. Também deve participar um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Trabalho

A partir das 14h, os juristas voltam a se reunir. Desta vez para discutir questões ligadas a contratos de trabalho de jogadores de futebol e de outros esportistas.

Foram chamados o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Augusto Caputo Bastos; o presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de

Futebol, Felipe Augusto Leite; e a procuradora do Ministério Público do Trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes.

Cronograma

A comissão temporária formada por juristas foi instalada em outubro de 2015 para sistematizar a legislação em vigor e regulamentar relações jurídicas da prática desportiva.

A previsão era de conclusão dos trabalhos em seis meses, mas o prazo final foi prorrogado para 16 de dezembro deste ano.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela